

MINUTA

**Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 96ª REUNIÃO**

Data: 17 e 18 de maio de 2017.

Local: SRHU/MMA - Ed. Marie Prendi Cruz, localizado na SEPN 505, sala CT-01.

REPRESENTANTES:

1. Ministério da Fazenda: Jefferson Marinho (jefferson.marinho@fazenda.gov.br)
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Ausente
3. Ministério do Meio Ambiente: SRHQ: Geraldo Sandoval Góes (geraldgo.goes@mma.gov.br)
4. Ministério do Meio Ambiente – ANA: Marco Antônio Mota Amorim
(marco.amorim@ana.gov.br)
5. Ministério de Minas e Energia: Luciano da Silva Teixeira (luciano.teixeira@mme.gov.br)
6. CERH MG/ES: CERH-MG: Sebastião Milanez de Paula
(sebastiao.paula@governo.mg.gov.br)
7. CERH RJ/SP: CERHI – RJ: Lívia Soalheiro (liviasoalheiro@gmail.com)
8. CERH PB/BA: CERH – BA: Monica Portella Lima (monica.lima@inema.ba.gov.br)
9. Irrigantes: Gustavo dos Santos Goretti (gustavo.goretti@cna.org.br)
10. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário –
AESBE/SABESP: Antonio Costa Lima Junior (juridico@aesbe.org.br)
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica – ABRAGE: Maria
Aparecida B. P. Vargas (vargasma@terra.com.br)
12. Pescadores e Usuários da Água para Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho
(wil.filho@terra.com.br)
13. Indústria – FIESP: Alexandre Luis Almeida Vilella – FIESP (alexandre.vilella@fiesp.com.br)
14. Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs Pardo e Gravatahy: Hélio César Suleiman
(bpg@daee.sp.gov.br)
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - Consórcio PCJ: Paulo
Tinel (operacao.agua@sanasa.com.br)
16. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Jaildo dos Santos Pereira (jaildo@yahoo.com)
17. Organizações Não-Governamentais - FONASC-CBH: João Clímaco
(fonasc.cnrh@gmail.com)

DEMAIS PRESENTES:

1. Evânia Vieira da Costa (evania.costa@ana.gov.br)
2. Francisco Carlos Castro Lahoz
3. João Fernandes da Silva (joaofernandes@aespa.pb.gov.br)
4. José Quadrilli Neto (jneto@cni.org.br)
5. Julia Thomson (julia.thomson@umbelino.com.br)
6. Lauren Cunha Brandt (coren.couto@patri.com.br)
7. Ney Murtha (murtha@ana.gov.br)
8. Percy Soares Neto (psoares@cni.org.br)
9. Elisa Monteiro Malafaia (elisa.malafaia@ana.gov.br)

RELATORIA: Liliana Pimentel (SRHU/MMA) – liliana.pimentel@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS: nos dias 17 e 18 de maio de 2017, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizou sua 96ª (nongentésima sexta) reunião, em Brasília, convocada há 20 dias, sob a presidência da Srta. Lívia Soalheiro (CERHI-RJ), tendo como Relatores o Sr. Tarcísio Nunes e a Sra. Claudia Ferreira, substituídos posteriormente pela Sra. Liliana Pimentel na (SRHU/MMA), da Secretaria Executiva do CNRH, e discutiu: [Item 1 - Abertura/Informes](#); a Presidente deu as

boas-vindas e abriu a reunião dando a palavra aqueles que desejassem manifestar-se. O Relator Tarcísio Nunes comunicou o seu afastamento das atividades junto ao CNRH em razão da cessão ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e foi parabenizado pelos trabalhos prestados por vários participantes e pela presidência da CTCOB. Em seguida, passou-se ao [Item 2 – Aprovação da minuta da Ata da 95ª reunião da CTCOB](#): foram informadas as alterações sugeridas pelos membros que enviaram contribuições, houve o acolhimento das inclusões e correções pontuais sugeridas além do pedido de supressão, a minuta foi aprovada. [Item 3 - Análise da Proposta de Resolução CNRH que estabelece procedimentos para conservação dos valores reais dos preços unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União](#). Foi feito o resgate histórico do assunto remontando a dezembro de 2016. O tema ganhou maior espaço nas discussões da CTCOB a partir da análise da proposta de cobrança encaminhada pelo Comitê do Paranaíba. A motivação se deu em razão da Nota Técnica da ANA sobre a cobrança proposta pelo Comitê que previa escalonamento, a NT constatava a insuficiência dos valores sugeridos para a cobrança naquela bacia, principalmente no que diz respeito a manutenção da estrutura da proposta para a entidade delegatária. Quando da análise do escalonamento da cobrança, foi proposta a aplicação de índice de correção que permitisse a conservação dos valores propostos, o que foi aprovado pela CTCOB após a votação. Esse posicionamento foi encaminhado à Câmara Técnica Legal e Institucional (CTIL), que julgou adequado o estabelecimento de uma regra geral, encaminhando a decisão para a plenária do CNRH. A exposição do tema junto ao CNRH suscitou o retorno da matéria à CTCOB para verificação de viabilidade de se formular uma Resolução sobre o assunto. Prosseguindo as discussões no âmbito da CTCOB, a Agência Nacional de Águas foi então instada a produzir dois documentos, um Parecer Jurídico e uma Minuta de Resolução, ambos discutidos nessa oportunidade. Foi feita a apresentação sumarizada desses documentos pelo Sr. Marco (ANA) que apresentou o entendimento jurídico da Procuradoria da ANA sobre a competência do CNRH para estabelecimento de índice de conservação dos preços. Versou também sobre os princípios que nortearam a produção dos documentos, ressaltando a autonomia dos comitês na proposição de preços e encaminhamento de proposta de mecanismos capazes de tratar da atualização de preços e o papel das agências em fornecer subsídios, por meio de estudos, para a sua atualização monetária. Apresentou a proposta de redação dos artigos da minuta de resolução, esclarecendo a proposta de que seja adotada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) para o ajuste com base em outubro de 2017, permitindo assim a programação para o ano fiscal seguinte. Após a leitura da proposta abriu-se o debate. O Sr. Francisco Carlos Lahoz (PCJ) encaminhou parecer (anexo) sobre a minuta de resolução apresentada pela ANA, lembrando as dificuldades que se apresentam quando se tenta aplicar os reajustes de valor, mesmo em bacias onde a cobrança já está estabelecida. O Sr. Jaildo (OTEP) apresentou suas considerações sobre a diferenciação conceitual necessária entre preço, custo e valor. O Sr. Wilson de Azevedo (Turismo) relembra o papel da cobrança e sua necessária e original aplicação na gestão das águas além da autonomia dos comitês na definição dos preços exigindo para tanto a sua maior articulação. Sr. Alexandre Vilela (Fiesp) ressalta a competência do comitê de bacia na definição do preço a ser cobrado, e expõe algumas dúvidas quando ao posicionamento jurídico apresentado pela ANA. Também foi ressaltada a necessidade de fortalecimento dos Comitês já que as assimetrias de poder acontecem em todos os níveis do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Foi pontuada a importância de que as necessidades de reajustes sejam analisadas levando-se em consideração também a capacidade de aplicação dos recursos por parte dos comitês. Alguns participantes relembram como desnecessária a reafirmação da competência do CBH para a proposição do valor e proposição de reajustes a qualquer tempo. O Sr. Alexandre (Fiesp) ressalta que a questão da atualização de preços pode eventualmente gerar conflitos, posição com a qual concorda o Sr. Paulo (PCJ) mas ressaltando os aspectos positivos que podem advir desses conflitos, como o posicionamento do Estado sobre a valoração da água. O Sr. José Quadrelli (CNI) lembra que é preciso manter a razoabilidade das propostas, em especial quando se fala da retroatividade da aplicação. Isso porque ainda não há dados ou estudos que permitam avaliar os impactos dessa aplicação sobre os usuários. O Sr. Jaildo (OTEP) pontua que a questão da retroatividade já havia

sido superada no dia anterior. E menciona a preocupação com a definição de datas, propondo que essa definição coubesse aos Comitês dentro de um dado exercício. O Sr. Ney (ANA) sugere que a proposta da metodologia de ajuste dos valores seja aprovada pelo CNRH, sem inviabilizar a análise de propostas outras que emergjam dos próprios comitês. Lembrando que a partir de então, algum método de correção de valores já esteja definido. A segunda questão é lembrar que a correção não se confunde com a retroatividade. Isso reforça a prerrogativa do CNRH de zelar pelo valor estabelecido que seja suficiente para a manutenção das entidades delegatárias e para garantir as ações previstas nos planos. Garante-se assim a possibilidade de que os CBHs se manifestem acerca desses valores e da metodologia de atualização de valores. O Sr. Paulo (PCJ) pontua que esse assunto deveria ser discutido nos comitês, inclusive em rios federais, cujos comitês contam com representantes da União. Propôs que na verdade, o melhor texto de Resolução deveria contemplar que todo CBH que apresentasse proposta de valores de cobrança ao CNRH, incluísse os mecanismos de atualização. O Sr. Alexandre (Fiesp) fala sobre a data base para a aplicação da correção anual de valores, mostrando ainda que o estabelecimento, em resolução, de prazos para que os comitês adotem alguma ação referente à atualização dos valores de cobrança pode trazer resultados indesejados. O Sr. Gustavo (Irrigantes) ressalta que concorda mais com o estabelecimento de exercícios fiscais que data base. Expôs ainda o seu desconforto em remeter uma Resolução a uma Nota Técnica. O Sr. Hélio (CBHs) ressalta o consenso quanto ao ajuste dos valores, o que ainda não parece ser o caso da recomposição dos valores. O representante dos comitês realça que o estabelecimento de valores no âmbito dos comitês é, usualmente, fruto de uma pactuação que se apoia em relações de confiança que não deve ser quebrada. Passou à leitura do teor da mensagem encaminhada pelo Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica – FNCBH com o posicionamento sobre o tema, que passo a transcrever: “Prezado Helio, informamos que, conforme sua solicitação, o assunto “conservação dos valores reais dos PPU” foi objeto de análise pelo colegiado coordenador do FNCBH, na reunião do dia 16/5/17. Após longo e proveitoso debate, o colegiado se manifestou favorável a elaboração de proposta de resolução do CNRH que vise a conservação dos valores reais dos preços unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. Aproveitamos a oportunidade para reforçar que o FNCBH prima pela manutenção da autonomia dos comitês em estipular os valores de PPU e a metodologia de cobrança pelo uso da água a ser aplicada em sua área de atuação. E, entende que a presente iniciativa não afeta a autonomia dos comitês. O FNCBH considera que a iniciativa da conservação dos valores reais dos PPU deva ser replicada e debatida pelos Conselhos Estaduais, bem como a cobrança pelo uso da água deva ser implantada em todas as regiões hidrográficas. Neste sentido, sugere que o CNRH estimule o debate sobre os temas nos Comitês federais e estaduais. Agradecemos a sua consulta e valiosa representação dos comitês junto à CTCOB.” Houve ainda a sugestão, de outro participante, de que a ANA fosse aos comitês levando a proposta de recomposição sem que fosse necessário estabelecer esse mecanismo numa resolução, evitando-se assim a judicialização. O Sr. Ney (ANA) aponta o consenso quanto a prerrogativa do CNRH de zelar pela manutenção dos PPU e, portanto, que pudesse determinar aos CBHs que, em um ano após a aprovação da Resolução, procedam à proposição de novos valores e mecanismos. Caso não haja essa apresentação por parte dos comitês, aplicar-se-ia o Art. 1º da Resolução. O Sr. Wilson (Turismo) manifesta que deve constar na Resolução que toda proposta trazida pelos CBHs deve ter na sua fórmula os mecanismos de reajuste. Discordando quanto ao estabelecimento arbitrário de prazos para que os comitês adotem esta ou aquela ação. O Sr. Geraldo (SRHQ) reforça a importância da manutenção dos pactos. O Sr. Alexandre (Fiesp) lembra que a autonomia do Comitê deve ser preservada no texto da resolução e que outras dinâmicas devem ser consideradas antes que se defina essa recomposição ou se estabeleça na resolução outros pontos polêmicos. Lembrou-se também que o foco da cobrança não é apenas financeiro, mas que também visa a estimulação econômica do uso racional da água. O Sr. Ney (ANA) lembrou ainda que a pactuação feita no âmbito do CNRH, a quem compete determinar os preços, também é importante. Após os debates, procedeu-se a votação quanto ao mérito do CNRH estabelecer procedimentos de conservação dos preços unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos, apurando-se onze votos favoráveis e quatro votos contrários. Posteriormente, foram discutidas propostas de redação e feito o esclarecimento solicitado pelo Sr. Helio (CBHs) de que os comitês não são obrigados a

161 apresentar necessariamente uma proposta de recomposição, mas apenas de manifestar-se
162 justificando o seu posicionamento. O Sr. Percy (CNI) lembra que é importante pensar que a
163 Resolução não deve inibir a busca da melhoria de performance da gestão. Passou-se à votação
164 nominal do Art. 3º, com onze votos favoráveis e quatro abstenções (Indústria, Turismo, Irrigantes
165 e Fonasc), registrando-se o posicionamento do setor industrial sobre a mudança substancial dada
166 pela nova redação. Voltou-se à discussão dos §1º e §2º do Art. 2º tomando o cuidado de que se
167 procedesse ao ajuste das datas e do ordenamento das informações. Passou-se à votação nominal
168 dos termos do artigo, que resultou na nova redação. Houve a supressão dos antigos artigos 3º e 4º.
169 Definiu-se os prazos para que a ANA divulgue o índice apurado pelo IBGE para a recomposição
170 do PPU. A pedido do Sr. João Clímaco (Fonasc/CBH) foi proposta a inclusão de um percentual de
171 80% de aplicação dos recursos pelos comitês para que houvesse a atualização. O Sr. Ney (ANA)
172 lembrou que essa formulação inviabiliza a pactuação já feita. O Sr. Percy (CNI) pontua a
173 necessidade do estabelecimento de critérios de performance e também de transparência no gasto
174 dos recursos. A posição da ANA foi de que esse critério de performance fosse estabelecido no
175 contrato de gestão. A CNI rebateu que é importante manter uma regra geral tanto para
176 performance quanto para o aumento de preço. O autor da proposta do estabelecimento de um
177 limite percentual para a aplicação mínima de recursos pelos comitês, admitiu, após as discussões,
178 a possibilidade de negociação do valor proposto. O Sr. Francisco (PCJ) lembra que existe a
179 necessidade de tempo para que as questões de desembolso sejam equacionadas no âmbito dos
180 comitês mais recentes. O Sr. Wilson (Turismo) após reforçar a necessidade de que se reveja a
181 aplicação das leis que regem os desembolsos dos CBHs pontua também que há uma intromissão
182 da CTCOB na atuação dos comitês. Após outras considerações versaram sobre as dificuldades no
183 âmbito dos comitês. A Sra. Maria Aparecida ressalta que a questão é mais ampla e sugere que não
184 se defina um percentual único, mas sim que seja feita uma resolução que definisse critérios gerais
185 de aplicação desses recursos. Levando a sugestão da CTCOB ao CNRH. O Relator destacou as
186 duas propostas, a da Sra. Aparecida (Abrage) e a proposta do Sr. João Clímaco (Fonasc) que foi
187 por ele revista, deixando para os comitês a definição de um percentual de aplicação dos recursos.
188 Houve a proposta para votação quanto ao mérito e depois a votação da proposta. Por votação, o
189 mérito e a proposta de inclusão de um critério de performance foram rejeitadas. Dispensados os
190 “Considerandos”, foi encerrada a primeira parte do segundo dia de reunião com o
191 encaminhamento da minuta de resolução (anexa) à CTIL. [Item 4 – Definição de propostas de](#)
192 [pauta, considerando os temas prioritários encaminhados pelo CNRH e as Prioridades do PNRH](#)
193 [2016-2020](#): Houve a inversão da pauta, a pedido da Sra. Presidente, sendo acatado por todos.
194 Passou-se ao debate do item seguinte, de caráter deliberativo. [Item 5 – Análise da Proposta de](#)
195 [Resolução CNRH para definição dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de](#)
196 [domínio da União em áreas circunscritas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos](#)
197 [hídricos](#): O Sr. Geraldo (SRHQ) informou a realização de reuniões e debates com outras
198 vinculadas e entes do Sisnama sobre o assunto, esclarecendo a ausência da regulamentação do Art.
199 47 da chamada Lei do SNUC. A Presidente da CTCOB lembra o assunto e esclarece os
200 objetivos da proposta de resolução, seguiu-se o debate sobre questões conceituais quanto aos
201 termos empregados no texto da proposta. Durante os debates, o Sr. Jaildo (OTEP) mencionou a
202 necessidade de se destacar quais os cursos ou coleções d’água serão abrangidos pela resolução.
203 Chegando-se ao termo comum quanto aos considerandos e à redação do *Art. 1º “Definir os*
204 *valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, em áreas inseridas*
205 *em Unidades Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos”*. Foram feitos esclarecimentos e
206 apartes pontuais sem maiores debates até a finalização da leitura da proposta de resolução (anexa)
207 que foi aprovada por unanimidade, sendo dispensada a votação nominal. Antes da passagem a
208 outro ponto de pauta, esclareceu-se a coincidência entre as datas previstas para a próxima reunião
209 da CTCOB e para a reunião do CNRH. Decidiu-se então postergar a 97ª. Reunião da CTCOB com
210 data provável para julho. [Item 6 – Debate sobre mecanismos de consulta de prioridades para](#)
211 [aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o exercício](#)
212 [orçamentário de 2019 e 2020, com base nas Resoluções CNRH 70/2007 e 97/2008](#): A SRHQ
213 havia assumido o compromisso de levantar os dados sobre a forma de consulta adotada em

diferentes momentos para a definição das prioridades para a aplicação dos recursos provenientes da cobrança. O Sr. Geraldo (SRHQ) assumiu o compromisso de fazer o levantamento dessas informações e propôs que o assunto fosse discutido na próxima reunião. Contando a proposta com a concordância dos presentes. [Item 7 – Debate sobre definição de formas de acompanhamento da aplicação dos recursos, com base na Resolução CNRH 161/2014](#): Esse item já vinha sendo debatido na reunião anterior. O relator ressalta que a minuta de Ofício solicitando o encaminhamento das informações à CTCOB foi encontrada, mas que não se pôde resgatar a tramitação confirmando o envio. Rememora-se que anteriormente esses dados eram remetidos ao grupo de trabalho criado para esse fim que, então, elaborava o relatório para apresentação ao Plenário. Questionou-se se essa elaboração ficaria agora à cargo da CTCOB, uma vez que o GT específico foi extinto pela Resolução CNRH n.161/2014. Houve a sugestão feita pelo setor elétrico de que fosse criado e extinto anualmente um GT para esse acompanhamento. O Sr. Jaildo (OTEP) ponderou que a ANA já dispõe desses dados e habitualmente realiza análises e relatórios sobre eles. O Sr. Geraldo (SRHQ) questiona se essa competência deveria ou não ser atribuída à CTCOB. O Sr. Wilson (Turismo) relembra discussões pretéritas ocorridas no âmbito da CTCOB e pondera que é competência do CNRH o estabelecimento das prioridades para a aplicação dos recursos do setor energético. A aplicação desses recursos fica a cargo da ANA e haveria sim a competência da CTCOB na verificação da aplicação desses recursos em conformidade com as prioridades estabelecidas. Lembrou que foram encontradas dificuldades pelo GT em manter um maior controle e regularidades sobre as suas atividades. Isso pode haver contribuído para que algumas resoluções adotassem as prioridades do PNRH, sem que as discussões mais aprofundadas fossem feitas. Concordando com essa fala, o Sr. Percy (CNI) reforça que essa é uma competência da CTCOB. A Presidente da CTCOB, após verificar a convergência da maioria das opiniões, dá a palavra à ANA. O Sr. Marco (ANA) faz o resgate histórico que pautava a solicitação à ANA para o envio das informações que eram apresentadas pela Agência e subsidiavam o relatório que era produzido pelo GTAC. Lembra também que o Grupo de Trabalho apresentava esse relatório ao plenário. Dando a palavra à Sra. Elisa (ANA) foram feitos esclarecimentos sobre a possibilidade de apresentação desse relatório pela equipe técnica da Agência, uma vez que já dispõe dos dados e informações. Houve a explanação da convidada e o compromisso do esforço para a apresentação do relatório de 2016 na próxima reunião. O Sr. Percy ressalta a importância de que a CTCOB defina melhor quais são os dados que interessam efetivamente à Câmara Técnica para o cumprimento das suas funções. A Sra. Aparecida (Abrage) reforçou a informação de que os relatórios anteriores feitos pelo GTAC atenderiam às necessidades da CTCOB, e poderiam servir de modelo. O prazo definido para o encaminhamento da ANA foi 4 a 5 de julho, prazo previsto para a 97ª reunião da CTCOB. A ANA lembrou que não se trata de matéria deliberativa e sim de insumo à discussão e que, caso não fosse possível apresentar no prazo anterior a dez dias do encontro, não haveria prejuízos à discussão. [Item 8 – Apresentação sobre alterações na legislação da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH e seus reflexos sobre a parcela que constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos](#): A Sra. Aparecida (Abrage) fez menção a assunto já trazido à CTCOB e apresentou, agora com mais vagar, as alterações ocorridas na legislação que versa sobre a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos e destacou alguns pontos. Ela ressalta a sua preocupação com as alterações, em especial a que passa a destinar todos os recursos do pagamento pelas PCHs ao município, sem garantir a destinação de qualquer percentual ao Singreh como pagamento pelo uso da água. Destacam-se na sua fala dois problemas principais: a supressão do percentual pela cobrança e a alteração na repartição dos recursos entre municípios atingidos. Usando a cobrança no Ceivap como exemplo, ela lembrou ainda a importância da isonomia na cobrança para empreendimentos de geração de hidroeletricidade, independente do porte ou capacidade de geração. Apresentou o parecer da AGU que dirimiu as dúvidas sobre a legalidade da cobrança da contribuição de PCH, mas não atentou para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nesses casos. Pontuou ainda que a proximidade de promulgação da Lei e a emissão do parecer da AGU resultou em lacunas que podem gerar conflitos e problemas futuros. Assim sugere a inclusão de um parágrafo na Lei que possa contemplar a destinação desse percentual aos comitês. A preocupação maior é a não inserção

desses valores na composição da tarifa de energia que faz parte dos contratos de concessão. O desarquivamento do PL 315 também foi destacado como ponto de atenção pela Abrage. Ficou acertado para a próxima reunião que a Sra. Aparecida (Abrage) traria uma Minuta de Moção com o PL anexo. O Sr. João Clímaco (Fonasc/CBH) questionou a relação custo-benefício para os municípios que receberam as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, incentivadas largamente e nem sempre com a aquiescência da população. A Sra. Aparecida (Abrage) lembra que não há a obrigatoriedade de que os municípios invistam esses recursos na gestão de recursos hídricos. E também ressalta que a modificação na repartição desses recursos é ponto de atenção. O Sr. Wilson (Turismo) lembra que grande parte dos rios brasileiros já contam com estudos de inventário do seu potencial e que isso pode criar um mercado desses direitos de autorização. A Sra. Aparecida (Abrage) lembra que esses riscos não são exclusivos da atividade de geração, mas permeiam também outros setores. Sugeriu-se solicitar à Aneel as informações sobre o impacto dessas alterações por meio de Ofício ao MME ou à própria Agência Nacional de Energia Elétrica. A Presidente solicitou à SRHQ que providenciasse a emissão desse documento. Bem como o resgate histórico dos relatórios do GTAC. A Presidente também pediu ao Relator que verificasse, junto à Secretaria Executiva do CNRH, se vem sendo seguido o rito de admissibilidade dos assuntos. Após o que se retomou a discussão do [Item 4 – Definição de propostas de pauta, considerando os temas prioritários encaminhados pelo CNRH e as Prioridades do PNRH 2016-2020](#): Apresentação do estudo. O Sr. Percy (CNI) ressalta que a apresentação feita após o estudo concluso exclui a possibilidade de contribuições e aportes por parte da CTCOB. O Sr. João Clímaco (Fonasc/CBH) lembra da importância de que sejam mantidos os pactos firmados. A Presidente pede o esclarecimento acerca da natureza dos indicadores que compõem o estudo do consultor, Sr. Leonardo Mitre, no intuito de verificar a aderência desse estudo às expectativas da CTCOB. Fica marcado em sua fala a importância de que existam indicadores capazes de permitir o acompanhamento sobre a aplicação de recursos nos temas prioritários indicados pelo CNRH. O Sr. Percy (CNI) pontua também que os estudos de sustentabilidade econômico-financeira são importantes para o debate da questão e que a CTCOB poderia demandar à ANA essa questão. Foi discutida a possibilidade de que organizasse um evento conjunto com a CTIL. O Relator lembra que a Aplicação dos Recursos é entendida por diversos palestrantes e convidados como sendo submetida a outro regime que não o mesmo dos gastos públicos. Esse seria o mote do trabalho a ser construído junto à CTIL, inclusive verificando aspectos legais relacionados à questão. O Sr. Wilson irá tentar resgatar um parecer jurídico que trata da questão. A Presidente lembra que alguns conceitos foram instituídos antes da legislação que institui as delegatárias. O Sr. Wilson (Turismo) lembra ainda que a delegação de competência não se estendeu à cobrança e que esse assunto não foi discutido quando da modificação da Lei nº 9.433/97. Deu-se continuidade aos tópicos que compunham esse item de pauta e a ANA mencionou o esforço conjunto com a CNI de estudos iniciais que tratam de reembolso. O Sr. Alexandre (Fiesp) lembra da Deliberação nº.178, de 9 de março de 2017, emitida pelo Cofehidro (SP) que trata da aplicação de recursos contendo um percentual reembolsável e caso não haja tomadores, esse recurso ficaria disponível para a tomada não reembolsável de recursos. A Sra. Aparecida (Abrage) lembrou que a tentativa no CEIVAP não foi bem-sucedida pela falta de interesse. Lembrou-se sobre a necessidade de que se melhore o fluxo de aprovação da tomada de recursos. A Presidente ressalta a necessidade de que a tabela de acompanhamento dos assuntos que definem as pautas da CTCOB seja considerada. Essa tabela foi elaborada a partir da consideração das prioridades do PNRH, e da consulta aos Conselheiros, somadas aos assuntos que já estavam em discussão na Câmara Técnica. O Sr. João Clímaco (Fonasc/CBH) expõe a insatisfação quanto à forma de definição dos temas prioritários e ressalta a fragilidade jurídica trazida pela pouca consulta aos CBHs. O Relator aponta as ocorrências que inviabilizaram a realização da consulta, combinada durante a reunião anterior, esclarecendo que houve o encaminhamento de Minuta de Resolução à CTIL definindo que, para o exercício de 2018, seriam adotadas as prioridades do PNRH e, para os exercícios subsequentes, 2019 e 2020, seria feita a consulta sobre as formas de definição adotadas anteriormente. [Item 9 - Assuntos Gerais / Encerramento](#): O Sr. Gustavo (Irrigantes) informa que a CNA vai trabalhar para que se consiga barrar a minuta de resolução que visa a conservação dos valores da cobrança (item

320 3 desta pauta). O Sr. Clímaco (Fonasc/CBH) informa sobre o recurso administrativo que versa
321 sobre a legitimidade da representatividade dos segmentos que deve seguir um regramento já posto
322 em lei. O Sr. Jaildo (OTEP), que representa as organizações técnicas de ensino e pesquisa, dá a
323 conhecer a todos o Livro sobre a Solução de Conflitos pelo Uso da Água recentemente lançado
324 pelo Professor Valdir Pedroza com o patrocínio da Arcelor/Mittal e fica de encaminhar a todos o
325 endereço eletrônico que dá acesso à publicação. Num resumo do tema, lembra que o livro traz um
326 roteiro sobre como tratar o assunto e o arcabouço legal, além de uma compilação sobre conflitos
327 ocorridos no Brasil. Foi informada a realização do GT de Prioridades de outorga (CTPOAR). Não
328 havendo mais informes, a Presidente encerrou a reunião.

329
330 Ata aprovada durante a 97ª Reunião da CTCOB, em XX de XXXX de 2017.

331
332
333 
334 LÍVIA SOALHEIRO
335 Presidente

LILIANA PIMENTEL
Relatora